A CRIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DA FIGURA DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO NA CIDADE DE DOURADOS/MS*

CREMONESE, Camila **

Nesta comunicação, exploramos questões referentes às estratégias utilizadas em Dourados/MS para incorporação do tenente Antônio João Ribeiro como herói representante da cidade. Para tanto, fez-se necessário compreender como os acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados e a figura do tenente Antônio João foram lembrados pelo Exército, no início do século XX, objetivando criar ícones simbólicos para serem reverenciados no processo de profissionalização da instituição. No mesmo período, no antigo Mato Grosso, a criação de uma identidade mato-grossense contribuiu para a afirmação e popularização do herói. Para compreender a incorporação de Antônio João como o “Herói de Dourados”, engendrado, principalmente, por valores específicos da elite local, foram analisadas atas do *Centro Cívico Antônio João*, publicações do periódico *O Douradense* e algumas publicações de obras relevantes no estado, no período correspondente à primeira metade do século XX.

Para compreender a criação e incorporação da figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro no sul do antigo Mato Grosso, especialmente em Dourados, é preciso esclarecer, brevemente, alguns aspectos referentes ao episódio da invasão paraguaia à Colônia Militar dos Dourados, em dezembro de 1864, que, posteriormente, deu origem à figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro.

A Colônia Militar dos Dourados¹ foi criada pelo Decreto n. 1.754, de 26 de abril de 1856, no sul da antiga província de Mato Grosso, em território contestado pelo país vizinho². Porém, foi somente efetivada cinco anos depois, em 27 de fevereiro de 1862, para então assumir a colônia o Comandante de Cavalaria Tenente Antônio João Ribeiro. O período em que esteve à frente da Colônia, Antônio João se preocupou, principalmente, em promover a ocupação do lugar, conforme é possível perceber através dos relatórios do período. As atividades da Colônia estavam voltadas para a agricultura, a construção de casas, ruas, enfim,

* A comunicação aqui apresentada é parte da dissertação em finalização do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados, orientada pelo Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz.

** Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da UFGD. Pesquisa financiada pela CAPES. Email: camis_cs@hotmail.com.

¹ Hoje, a extinta Colônia Militar dos Dourados está localizada no município de Antônio João, e abriga o Parque Histórico da Colônia Militar dos Dourados (PHCMD).

² Em 1856, Brasil e Paraguai assinaram uma convenção, conhecida como *Convenção de 6 de abril*, que estipulava um prazo de seis anos para resolver o impasse sobre a questão dos limites entre os países. A *Convenção* vetava a qualquer dos dois países ocuparem algum ponto do território em litígio; porém, o artigo 2º da *Convenção* dizia que: “enquanto não se celebrar o acordo definitivo, as duas altas partes contratantes respeitarão e farão respeitar reciprocamente o seu *uti possedetis* atual” (Artigo da *Convenção de 6 de abril de 1856*, apud MELLO, 1969, p. 191).

parecia existir por parte do governo brasileiro a intenção de promover uma ocupação, senão um povoamento, naquela região, de modo a favorecer a posição brasileira no litígio sobre aquelas terras (cf. *relatórios da Colônia Militar dos Dourados*, in: MELLO, 1969). As questões propriamente militares eram deixadas em segundo plano, até porque o contingente era formado principalmente por soldados veteranos, boa parte inválida, e poucos soldados engajados voluntariamente. Ou seja, as condições gerais de defesa da Colônia Militar dos Dourados estavam muito aquém do que deveria se esperar de uma colônia militar, mas refletiam de modo geral a própria situação militar em que se apresentava a província de Mato Grosso³ no período.

Em 1882, dois anos antes da invasão paraguaia em Mato Grosso, uma incursão paraguaia, comandada pelo Tenente Pedro Pereyra, percorreu o sul da província, especialmente a região fronteira, com o objetivo manifesto de conhecer as condições militares que se encontrava a região, ou seja, tratou-se, sem dúvidas, de um tipo de missão de reconhecimento da região. Nesta incursão, o tenente paraguaio esteve presente nas Colônias Militares de Miranda e Dourados, inquirindo seus comandantes sobre a questão das fronteiras entre os dois países. O relatório do Tenente Pereyra, entregue às autoridades paraguaias depois de findada a incursão, é extremamente minucioso; o militar procurou narrar o contato com os militares brasileiros, além de fornecer, por exemplo, informações sobre os números da população local, as distâncias, travessias de rios, etc.

Nestas condições, as forças militares paraguaias que invadiram o sul da província de Mato Grosso, em dezembro de 1864 - nos primeiros acordes do conflito que seria conhecido como Guerra do Paraguai - possuíam bastante conhecimento da área que estavam por invadir. As ordens contidas nas instruções do Ministro de Guerra paraguaio, encaminhadas ao Capitão Martín Urbieta, responsável pela expedição às Colônias Militares de Miranda e Dourados, eram bastante precisas e detalhadas.

O ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados, acontecimento que, décadas depois, deu origem ao mito heróico do Tenente Antônio João, foi detalhadamente estudado por Mello (1969), que realizou um aprofundado estudo para concluir em quais condições de fato ocorreu o ataque paraguaio de dezembro de 1864. Para o autor, o Tenente Antônio João

³ Nas palavras do Presidente da Província de Mato Grosso, Herculano Pena, em 1862: “Se os paraguaios intentarem atacar o Forte de Coimbra e os vasos da Estação Naval que atualmente temos, estes não serão obstáculo insuperável a que uma esquadilha da República se apodere da navegação do Rio Paraguai e corte a comunicação fluvial desta Capital. Importará isso para nós (escusado seria dizê-lo) num grande revés. *Em resumo, estou convencido de que presentemente uma guerra com o Paraguai na fronteira desta Província há de ser desastrosa para o Império*”(Ofício do Presidente da Província, de 29 set 1862, apud MELLO, 1969,p. 258-259, grifo meu)

teve conhecimento da aproximação paraguaia no dia 28 de dezembro, um dia antes do ataque, e no mesmo dia organizou a retirada de todos os colonos e seus familiares para Nioaque. Enviou também um soldado para Nioaque, na tentativa de por a par dos acontecimentos o Tenente-Coronel Dias da Silva. Embora soubesse da aproximação paraguaia, o Tenente Antônio João foi, de fato, surpreendido pelo ataque avassalador, que em poucos minutos dominou a Colônia. Isso porque, para Mello, tudo indica que Antônio João pareceu não ter idéia de que se tratava de uma invasão; pode ter imaginado que se tratava de uma nova incursão como a que havia sido feita dois anos antes pelo Tenente Pereyra. Levando-se em consideração que o ataque à Colônia Militar dos Dourados foi um dos primeiros acontecimentos belicosos em uma guerra que estava principiando entre Brasil e Paraguai, o tenente brasileiro, naquelas condições, jamais poderia supor que se as relações entre os dois países caminhariam para aquela situação.

Assim, tudo indica que o Tenente Antônio João teria sido tomado de surpresa, não pela chegada da tropa paraguaia, mas de seus propósitos de guerra; poderia ter suposto que travaria uma conversação com o comandante paraguaio, que logo em seguida partiria – como fez o Tenente Pereyra na incursão dois anos antes - e o militar brasileiro ficaria aguardando quais ordens viriam da chefia para casos como aqueles.

Aproximadamente às treze horas do dia 29 de dezembro de 1864, chegou à Colônia o destacamento de Martin Urbietta e 365 soldados, intimando a rendição imediata daquela Colônia. Antônio João tinha consigo catorze homens, que foram facilmente rendidos. É possível que nem toda a guarda estivesse presente no momento do ataque, o que explica o registro da morte do Tenente e de dois soldados somente; o restante dos soldados foram feitos prisioneiros. Do lado paraguaio, um tenente e um soldado foram feridos. Urbietta permaneceu na Colônia dos Dourados o restante do dia e no dia seguinte partiu para o encontro com as demais tropas paraguaias. Este parece ter sido o mais provável desfecho dos acontecimentos na Colônia Militar dos Dourados, em dezembro de 1864.

A questão da profissionalização do Exército é bastante ampla, e foi estudada por autores com Castro (2002) e Carvalho (2005). Para esta comunicação, desejamos apenas focar um dos aspectos resultantes deste processo: a criação das figuras heróicas dentro do Exército. Neste período surgiu, dentro do Exército, uma intensificação ao culto de alguns militares, cujo objetivo era criar figuras heróicas que pudessem ser reverenciadas e cultuadas, principalmente pelo jovem oficialato. O principal objetivo de tal culto era o de incutir na juventude militar o sentimento de pertencimento, abnegação e, principalmente, respeito à hierarquia. Foi justamente na Guerra do Paraguai o acontecimento que permitiu ao Exército a

possibilidade de “escolher” seus heróis. E a escolha não foi feita ao acaso, já que o conflito havia conseguido aglutinar diferentes setores da sociedade brasileira.

Além disso, a Guerra do Paraguai tinha nitidamente um inimigo externo: o Paraguai e seu líder, General López. Não se tratava de uma luta “fratricida” e repressiva, como a campanha de Canudos ou Contestado. A Guerra do Paraguai era, portanto, o período e o acontecimento histórico ideal para “garimpar” personagens que poderiam ser alçados a categoria de heróis.

Com este panorama, foram publicadas diversas obras, por autores militares ou com o Exército identificados, que buscavam re-criar algumas personalidades militares com o objetivo de promover a unificação da instituição em torno de um ideal militar. Entre elas, destaco algumas publicações que têm o diferencial de abordar os eventos ocorridos no sul da antiga província de Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai. Como o objetivo aqui é focar na criação específica de um deles, o Tenente Antônio João Ribeiro, destaco a importância da publicação de três obras, durante a década de 1920. São elas: *A epopéia da Laguna, comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar*, escrita pelo Coronel José Feliciano Lobo Vianna, publicada em 1920; *Heróis Abandonados!: Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso*, do engenheiro Armando de Arruda Pereira, de 1925 e, por fim, *A epopeia de Mato Grosso no bronze da história*, de Pedro Cordolino de Azevedo, publicada em 1926. Além das publicações, destaco também a construção do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, iniciado em 1920 e finalizado em 1938, no Rio de Janeiro.

No mesmo período, especialmente entre os anos de 1918 e 1922, vê-se ocorrer em Mato Grosso várias ações para a construção de uma *identidade mato-grossense*, já que nesse período intensas manifestações foram executadas com este propósito. A comemoração do bicentenário de Cuiabá, a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e a publicação de importantes obras são algumas delas. Através das publicações da Revista do IHMT, por exemplo, procurou-se de toda maneira divulgar aspectos positivos do estado, elencando principalmente as qualidades da região e perspectivas de desenvolvimento. Havia uma clara intenção de afastar do estado o estigma de *lugar de barbárie e sertão*⁴, como comumente era identificado no restante do país. Através da repetição de qualidades, procurava-se provar que a região poderia se desenvolver como qualquer outro lugar do país. Isto fica evidente, por exemplo, no trecho a seguir:

⁴ Diversos autores analisam especificamente esta questão, entre eles, Osvaldo Zorzato (1998), Lylia Galetti (2000) e Gilmar Arruda (2000).

E nem se diga que heróis não possuíam e que, por ser nova, não tem ensinamento a nossa história. [Mato Grosso] é superior pela grandeza territorial, pela sua beleza, pela sua riqueza, pela variedade de seu clima, pelo elemento formador de sua população e pelos nobres predicados do caráter de seu povo. Não se humilha, nunca foi vencido, é de heroísmos a sua história (Philogênio PAULA CORRÊA, RIHMT, ano I, p.6 apud GALETTI, 2000, p. 307).

A Guerra do Paraguai, considerado um acontecimento de relevância nacional, teve um papel privilegiado nas publicações da Revista do IHMT. Diversos artigos com descrições das batalhas e enaltecendo feitos heróicos de grandes figuras foram abordados. É, sem dúvida, um dos assuntos mais presentes nas publicações da historiografia local na primeira metade do século XX, pois possibilitava a exploração da idéia de *defensor das fronteiras nacionais* que almejava a elite local. Afinal, “um dos principais critérios utilizados pelos historiadores locais, tanto para demonstrar a colaboração de Mato Grosso na construção da territorialidade brasileira, como para identificar seus personagens, é o de defensor fronteiriço” (ZORZATO, 1998, p. 45). O papel de *baluarte da nação* era justificado pela atuação do mato-grossense no conflito, em episódios, por exemplo, como a da Retirada da Laguna e o ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados.

Em 1919 surge uma publicação especialmente importante, referente à Guerra do Paraguai. Trata-se da obra: *A invasão paraguaia em Mato Grosso*, de Antônio Fernandes de Sousa, publicado na ocasião da comemoração do bicentenário de Cuiabá. A obra de Fernandes de Souza, embora não seja exclusiva nem minuciosa sobre Antônio João, tem relevância de ser a primeira publicada por um autor mato-grossense, em um período especialmente interessante de criação de identidade em Mato Grosso. Além disso, foi a primeira obra sobre a Guerra do Paraguai a ser publicada depois de um longo período sem publicações do conflito. Ou seja, foi a publicação que “deu a largada” há várias outras sobre o assunto. Por estes fatores, na década de 1920, a figura de Antônio João foi se tornando mais popular, tanto dentro do Exército quanto na intelectualidade mato-grossense.

Outro aspecto extremamente relevante para a criação da figura heróica do Tenente Antônio João foi a popularização da existência de um *bilhete*, que teria sido escrito pelo militar, na véspera do ataque paraguaio. No *bilhete*, uma *frase* se tornaria célebre: *Sei que morro, mas o meu sangue e de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha pátria*⁵. A dramaticidade e o teor de heroicidade expresso pela

⁵ A frase pode ser encontrada com algumas variações (o verbo “servir” conjugado no plural, gramaticamente correto), mas na maioria das vezes é escrita como colocado no texto. Ao longo do texto, quando a frase for mencionada novamente, será utilizado da seguinte maneira: “*Sei que morro [...]*”.

frase foram fundamentais para o fortalecimento da figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro.

Mello (1969) foi o primeiro autor a dar importância à tarefa de descobrir se era verídica ou não a existência do *bilhete* contendo a *frase*. Para tanto, inicia sua tarefa pesquisando todas as publicações brasileiras e as principais publicações estrangeiras sobre a Guerra do Paraguai, já que o único documento oficial existente sobre o acontecimento na Colônia dos Dourados, o *Relatório* de Urbietta sobre o ataque, enviado ao Ministro da Guerra paraguaio, não diz absolutamente nada sobre *bilhetes* ou *frases*:

... el teniente de Infanteria Ciudadano Manuel Martinez, que llevaba el ataque, le requirió de rendir-se y respondió el comandante brasileiro que em caso de traerle orden del Gobierno Imperial se rendiria, y sino, no haria de ninguna manera (*Relatório* apud MELLO, 1969, p. 324).⁶

Somente em 1874, depois de já terem sido publicadas algumas obras sobre o conflito, Mello encontra na obra de Taunay, *Histórias Brasileiras*, publicada com o pseudônimo de Sylvio Dinarte, pela primeira vez publicada a existência de um *bilhete* que Antônio João escrito às vésperas da invasão paraguaia e, nele, a *frase*.

O trecho em questão está no meio do enredo de um capítulo chamado: *Kamaran e Kinikinao*. Sem qualquer preocupação com o rigor ou autenticidade dos acontecimentos, segundo Mello, Taunay “deixou-se levar pelo que havia de épico e patriótico na atitude destemerosa de Antônio João. Deu largas à sua fértil imaginação de escritor e a seu ardor vibrátil de soldado” (MELLO, 1969, p. 390).

A passagem é a seguinte:

Avisado dois dias antes, que para Dourados marchava uma força imponente, não quis [Antônio João] desamparar o posto. Reuniu a gente da colônia e fez-lhe uma fala em que até citou francês e até latim. O homem tinha pretensões literárias que afagava com certo orgulho e se revelavam nos ofícios mensais que costumava dirigir ao chefe militar em Nioaque. Nessa fala ele expôs as circunstâncias em que se achava a colônia e a loucura da resistência. Ele ficaria. – Para quê? perguntaram uns soldados. – Para morrer. Onze de seus companheiros declararam que ficariam também. Todos os mais partiriam: mulheres, crianças, velhos e até moços.

Um parlamentar se aproximou... Antônio João prezava-se de civilizado. Recebeu, pois, com a maior cortesia o enviado. A intimidação era curta: meia dúzia de palavras insolentes, como costumavam alinhar os generais de Lopez. O comandante de Dourados rasgou em pedaços o ofício que preparara com tanto cuidado e carinho e, a lápis, traçou esta resposta:

Sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria.

⁶ Mello comenta que este manuscrito deveria estar no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, na coleção *Visconde do Rio Branco*, onde estão todos os documentos originais relativos à invasão paraguaia; porém, depois de alguma consulta, o manuscrito teria desaparecido, e todas as publicações que fazem menção ao Relatório foram retiradas do periódico *El Semanario* de Assunción.

Retirou-se o parlamentar e a força inimiga em distância cercou todo o campo...
Na guarnição não houve alma que fraqueasse. (p. 390, grifo do autor Mello).

Porém, apesar do prestígio que Taunay contava nos meios acadêmicos, a obra *Histórias Brasileiras* não teve tanta repercussão e não foi reeditada. Desta maneira, é possível questionar como uma obra que não atingiu grande popularidade conseguiu popularizar a existência da *frase*?

Segundo Mello, a explicação está na anotação feita por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, no prefácio da publicação brasileira da obra de Schneider, o seguinte trecho: “no dia 28, Antônio João [...] escreveu a lápis (ao Ten.-Cel Dias da Silva) o seguinte bilhete: Sei que morro, mas o meu sangue e de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha pátria” (in: MELLO, 1969, p. 379). Não há nenhuma nota explicativa, nenhuma referência nem menciona fonte alguma. Há apenas a reprodução da escrita de Taunay. Mas o fato é que a simples menção que Rio Branco fez sobre o episódio foi suficiente para dar a ele a chancela de verdade, já que o autor era reconhecidamente um nome prestigiado nos meios intelectuais. Assim, se foi Taunay quem inventou a frase, foi Rio Branco quem a consagrou, pois a partir dessa publicação é que a existência do *bilhete* e da *frase* foi sendo reproduzida sistematicamente, sem nenhuma preocupação em conferir sua autenticidade, até o momento que foi tomada por verdade inconteste.

Não houve questionamentos sobre o que teria acontecido ao bilhete, se teria caído em mãos paraguaias, se chegou até Dias da Silva, e, o principal, como teria conseguido Antônio João “prever o futuro”, ao escrever que sabia da sua morte – *Sei que morro* - antes mesmo da chegada da tropa paraguaia, ou seja, antes mesmo de ter conhecimento da superioridade numérica da tropa inimiga e de se tratar de um ataque. De qualquer modo, a *frase* é hoje uma das referências mais utilizadas quando se trata do herói Antônio João Ribeiro, e o acompanha em publicações, homenagens, monumentos, enfim, em qualquer referência ao militar morto em dezembro de 1864.

Como já visto, ao longo de todo o século XX, a figura heróica do Tenente Antônio João foi se fortalecendo e se popularizando, principalmente dentro do Exército e no estado de Mato Grosso, especialmente no sul do estado⁷. Compreender a existência dos dois movimentos os acima citados – a profissionalização do Exército e a criação de uma identidade

⁷ Vale lembrar que a região em questão – o sul do antigo Mato Grosso – *grosso modo*, é o atual estado de Mato Grosso do Sul, após a divisão administrativa de 1977. Como as análises aqui apresentadas não ultrapassam a primeira metade do século XX, opto por me referir à região do município de Dourados como “sul do antigo Mato Grosso”.

mato-grossense - é fundamental para entender de que maneira se engendrou a popularização da figura do Tenente Antônio João. Isso porque é possível perceber que estes movimentos - nacional e estadual- foram assimilados, interpretados e receberam novos significados, em um ambiente mais local: Dourados, um povoado que surgia no sul do antigo Mato Grosso. Cabe registrar desde logo que o referido povoado, que deu origem à cidade de Dourados, surgiu e se desenvolveu em local situado a mais de 100 km a leste da antiga Colônia Militar, embora também no vale do mesmo rio Dourados. Vejamos de que modo a cidade re-significou e apropriou-se dos elementos referentes à figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro.

O município de Dourados está localizado no chamado planalto sedimentar da bacia do Paraná, próximo à denominada Serra de Maracaju. O município compreende uma região que abrange parte dos chamados “Campos de Vacaria⁸”, mas também extensões onde predominavam matas tropicais, características presentes em boa parte do vale do Rio Paraná. Quando o município foi criado, em 1935, abrangia uma extensa área delimitada, *grosso modo*, pelo rio Amambai, ao sul, e pelos rios Brilhante e Ivinhema, ao norte e leste.

Sem entrar em muitos detalhes, é possível afirmar que a ocupação não-índia da região foi intensificada após o término da Guerra do Paraguai, nas três últimas décadas do século XIX, com o reinício das levas migratórias; grupos de São Paulo e Minas Gerais, mas também de contingentes oriundos do Paraguai, do estado do Paraná e do Rio Grande do Sul. Os migrantes sul-rio-grandenses constituíram um forte grupo de emigrantes na região, fugindo das perseguições políticas no estado de origem em busca de melhores condições de vida. Muitos tinham notícias da região por intermédio dos relatos de praças que pela região passaram durante o conflito platino.

No final do século XIX e início do século XX, começam os contornos do pequeno povoado que daria origem à cidade de Dourados. Como já mencionado, contou com migrantes vindos de diversas regiões do país, que foram se estabelecendo em áreas que deram origem a pequenas propriedades, principalmente se comparadas às extensas propriedades rurais do restante do estado⁹.

⁸ Eram assim denominados pela existência de um rebanho bovino que ao ser abandonado pelos espanhóis no século XVII tornou-se selvagem. Segundo Queiroz, (2008, p. 20) “posteriormente, entretanto, e até os dias atuais, o nome *campos de Vacaria* passou a ser aplicado a uma extensa área de campos limpos existente no *planalto*, isto é, uma área que, com largura variável, acompanha a *cuesta* de Maracaju desde as cabeceiras do Apa até as proximidades da atual cidade de Campo Grande.”

⁹ A primeira referência oficial sobre o povoado é a Resolução Estadual n. 255, de 10 de abril de 1900, que criou as paróquias de Ponta Porã e Dourados. Dez anos depois, Dourados contava com dois distritos policiais e, em 1914, é elevado a Distrito de Ponta Porã, pela Lei n. 658. Em 24 de fevereiro do ano seguinte é instalado Distrito de Paz de Dourados. E, finalmente, em 20 de dezembro de 1935, foi criado o município de Dourados, através do decreto n. 30 (cf. GRESSLER e SWENSSON, 1988, p. 70-79).

Antes de prosseguir, é necessário esclarecer certo aspecto relevante. Ao analisar as referências presentes em diversas obras sobre a *Colônia Militar dos Dourados*, chamou atenção a maneira como se encontrou escrita, na maioria das obras: Colônia Militar *de* Dourados. O que aparentemente foi uma simples troca na nomenclatura da Colônia Militar (da preposição *de* mais o artigo definido no plural *os - dos -* para a utilização única da preposição *de*), em um primeiro momento não parece tão significante, mas como esteve presente em diversas obras e foi sendo repetida ao longo do século XX, consciente ou inconscientemente, pode ter dado origem a uma série de analogias entre a Colônia Militar dos Dourados e a cidade de Dourados, e a confusão envolvendo estes elementos.

Como explicar esta grafia diferente? Primeiramente, é necessário entender como surgiu o nome da Colônia Militar dos Dourados. Segundo o já mencionado Decreto n. 1754, de 26 de abril de 1856, foi criada a:

Colônia Militar dos Dourados *nas cabeceiras do rio do mesmo nome*, na Província de Mato Grosso. Hei por bem criar na Província de Mato Grosso mais uma Colônia Militar no ponto em que pelo presidente da Província for designado *na cabeceira do Rio dos Dourados* [...] (Decreto n. 1754, de 26 abr. 1856, apud Mello, 1969, p. 142, grifos meus).

Pelo trecho, fica explícito que foi utilizado como elemento referencial para o local da criação da Colônia Militar o *Rio Dourados*; assim, a denominação dada foi Colônia Militar *dos* Dourados. Fica, portanto, evidente que a Colônia Militar dos Dourados assim foi chamada por ter sido fundada nas cabeceiras do Rio Dourados, segundo o Decreto, chamado no documento de *Rio dos Dourados*, sendo esse nome derivado, por sua vez, da abundância, nesse rio, do peixe chamado *dourado*.

O Rio Dourados, pertencente à bacia hidrográfica do Rio Ivinhema (inserida na grande bacia hidrográfica do Rio Paraná), corre no sentido leste-oeste desde sua nascente, na Serra de Maracaju (atual município de Antônio João), até sua foz no Rio Brillhante. Como já citado, deu nome à Colônia Militar mas também ao Patrimônio de Dourados, que depois deu origem à cidade de Dourados, e às Colônias Agrícolas surgidas no município posteriormente. Mas, vale lembrar, essas localidades estavam situadas em pontos diferentes: a Colônia Militar nas nascentes, próxima à Serra de Maracaju, e o povoado, já distante dali pelo menos uma centena de quilômetros.

É certo também que em diversas situações o nome de uma localidade é dado levando em consideração algum aspecto que o identifique, que lhe sirva como referencial. Longe de almejar aqui fazer um estudo sobre a toponímia, é válido citar alguns casos para

exemplificar a questão: *São Paulo dos Campos de Piratininga* (atual cidade de São Paulo); *Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre* (atual Porto Alegre); *São Sebastião do Rio de Janeiro* (atual cidade do Rio de Janeiro); *Santo Antonio do Campo Grande* (atual Campo Grande). São exemplos de nomes dados a localidades que possuem um referencial – *dos Campos de Piratininga, de Porto Alegre, do Rio de Janeiro, do Campo Grande* – que com o passar dos anos foram “encurtados” e se tornaram conhecidos como atualmente, abreviados.

A partir desta reflexão, é possível supor que a intensa repetição ao longo do século XX da grafia diferente da Colônia Militar *dos* Dourados para Colônia Militar *de* Dourados possa ser explicada pela mudança do referencial que antes era adotado. Pois quando a Colônia Militar dos Dourados foi criada, em 1856, não havia qualquer sinal do povoado de Dourados, que viria a surgir no fim do século XIX e início do século XX. Porém, como veremos adiante, quando a maioria das obras sobre a história de Mato Grosso foi escrita, o pequeno *povoado* de Dourados já tinha se tornado a *cidade* de Dourados, já bastante conhecida no extremo sul de Mato Grosso. Isso pode ter influenciado a troca na escrita dos autores; o novo referencial tornou-se, portanto, a cidade de Dourados, e não mais simplesmente o Rio Dourados; logo, a Colônia Militar dos Dourados se tornou conhecida com a escrita de Colônia Militar *de* Dourados.

A repetição desta escrita diferente, associada ao fato dos autores, na maioria das vezes, não especificarem com clareza ao que se referem, provocou várias interpretações equivocadas. Afinal, apenas a menção “Dourados” favorecia interpretações dúbias. *Povoado de Dourados* ou *Rio Dourados*? *Colônia dos Dourados* ou *município de Dourados*? *Colônia Militar* ou *Colônia Agrícola de Dourados*? Apesar de diferentes universos, temporais e espaciais, não há como dissociá-los totalmente, afinal, estão localizados próximos geograficamente, no extremo sul, se considerarmos o antigo estado de Mato Grosso. Esta gama de possibilidades, interpretações e vieses provocou afirmações equivocadas e incertas sobre a formação histórica da região, especialmente, sobre o município de Dourados.

Vejam, por exemplo, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), no ano de 1943, pelo Decreto-lei n. 5941. Implantada um ano depois, a CAND foi responsável por um forte atrativo populacional para a região de Dourados, menos de uma década após a emancipação do município. E logo em seguida, em 1946, foi implementada a Colônia Agrícola Municipal de Dourados (CMD), também responsável pela atração de migrantes e pela consolidação do perfil agrícola do município (cf. CARLI, 2008).

A criação das Colônias Agrícolas foi extremamente importante para o crescimento econômico e populacional da região. Sem dúvida, dinamizaram e contribuíram para a região,

e Dourados, em especial, tornarem-se mais conhecidos no restante do estado. Assim, quando um determinado autor publicava, seja em uma obra, uma reportagem de jornal ou um poema, sobre a *Colônia de Dourados*, referindo-se a Colônia Militar dos Dourados, é possível supor que a confusão com a Colônia Agrícola de Dourados, por exemplo, podia acontecer, já que também era chamada de *Colônia de Dourados*, simplesmente.

Não se trata aqui, em absoluto, de comparar a criação das Colônias Agrícolas (Federal e Municipal) de Dourados com a Colônia Militar dos Dourados. Evidentemente, são realidades bastante distintas. Além disso, há a diferença de temporalidade e propósitos – uma essencialmente militar, criada em 1861, e as agrícolas, criadas em 1943 e 1946 – tem-se ainda uma relevante distância espacial entre os lugares, separados por pelo menos uma centena de quilômetros. No entanto, é possível inferir que a proximidade e a adoção do nome *Dourados*, contribuiu para certa “confusão” entre estes universos, como veremos a seguir.

Um dos primeiros registros que pode ter contribuído para uma possível ligação entre o povoado de Dourados e a Colônia Militar dos Dourados foi a letra do hino de Mato Grosso, composta por Dom Aquino Corrêa para os festejos do bicentenário de Cuiabá, em 1919. Dom Francisco de Aquino Corrêa, para além do universo religioso, foi também uma figura importante na política mato-grossense, eleito governador do estado. E ainda, por suas contribuições nas esferas culturais, literárias e historiográficas, é referência obrigatória quando o assunto é a construção de uma identidade mato-grossense. Foi fundador do IHMT e da Academia Mato-Grossense de Letras e pertenceu também à Academia Brasileira de Letras.

A letra do hino, na décima estrofe, está assim escrita:

*Dos teus bravos a glória se expande
De Dourados até Corumbá,
O ouro deu-te renome tão grande
Porém mais, nosso amor te dará!
Ouve, pois, nossas juras solenes
De fazermos em paz e união,
Teu progresso imortal como a fênix
Que ainda timbra o teu nobre brasão
(HINO de Mato Grosso, 1919, grifo meu)*

Evidentemente nos dois primeiros versos dessa estrofe, Dom Aquino está se referindo aos acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados e da retomada de Corumbá. No entanto, ao apenas informar que “a glória se expande de Dourados a Corumbá”, deixa margem, principalmente por se referir a Corumbá, que *Dourados* citado no trecho seja identificado com o município de Dourados. No entanto, é preciso notar que quando a canção foi publicada, em 1919, Dourados não era mais do que um pequeno povoado, ainda em

formação. Uma possível confusão provocada pela coincidência dos nomes só poderia ter sido feita posteriormente, quando a letra se popularizou e Dourados tornou-se um local mais conhecido no estado.

Algumas das publicações na primeira metade do século XX que contribuíram para a consolidação de uma aproximação entre a cidade de Dourados e os acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados e da figura de Antônio João foram as seguintes: *Mato Grosso* (1939)¹⁰, de Virgílio Corrêa Filho, e *Fronteiras Guaranis* (1939) e *Canaã do Oeste: Sul do Mato Grosso* (1947) de José de Melo e Silva. Em todas, havia sempre alguma referência que unia de algum modo estas realidades distintas. Para ficarmos apenas com um exemplo, tomemos a obra de Virgílio Corrêa Filho: no trecho que escreve sobre o município de Dourados, começa suas considerações justamente pela Colônia Militar dos Dourados. Embora, é necessário frisar, Corrêa Filho, não tenha cometido, a rigor, nenhum equívoco, a maneira como escreve facilita a chance de provocar uma confusão, se o receptor não possuir um conhecimento mínimo sobre a região e sobre os acontecimentos na Colônia Militar. Isto porque o autor escreve do seguinte modo:

Dourados

Nas cabeceiras do maior tributário meridional do Rio Dourados, fundou-se, em 10 de maio de 1861, a colônia militar de igual nome, que Antonio João comandava, quando ocorreu a invasão da cavalaria de Urbieta. Conservou a história a resposta épica do decidido fronteiro, que se dispôs ao sacrifício supremo, para não se render á superioridade desproporcionada do inimigo. A região tornou-se lendária, de sorte que o primeiro povoado erguido no mesmo vale, embora mais ao nascente, coisa de uma centena de quilômetros, não encontrou título mais nobilitante do que o reduto que o tenente poconeano imortalizou em dezembro de 64 (CORRÊA FILHO, 1939, p. 160).

De fato, não há nenhuma inverdade no trecho. Porém, ao colocá-lo juntamente com as considerações sobre a cidade de Dourados, fornecendo informações da Colônia Militar dos Dourados e do tenente Antônio João (já alçado a herói nacional e regional), o autor acaba de certa maneira influenciando a percepção de quem lê o trecho e acaba por relacioná-lo com o município de Dourados.

A importância que as publicações tiveram para a ligação entre estes dois universos – a cidade de Dourados e a Colônia Militar dos Dourados e Antônio João Ribeiro - é indiscutível. Porém, para esta comunicação, resolvi destacar a análise de duas fontes,

¹⁰ A primeira edição desta obra de Virgílio Corrêa Filho foi publicada em 1922. Mas somente na segunda edição, de 1939, é que o autor dedica um trecho para o recém criado município de Dourados.

especificamente encontradas dentro do universo douradense: as atas¹¹ do *Centro Cívico Antônio João* e algumas publicações do periódico *O Douradense*, ambas da década de 1940.

O *Centro Cívico Antônio João* foi uma entidade criada em agosto de 1942, que se reuniu pela primeira vez no dia 23, no salão paroquial da cidade, um dia após a declaração de beligerância, assinada por Vargas, entre Brasil e os países Itália e Alemanha. As reuniões iniciais eram motivadas nitidamente por interesses patrióticos, nacionalistas, pois os assuntos eram ligados à situação política do país e do mundo, em plena Segunda Guerra Mundial. Evidentemente, o interesse por estas atas partiu pelo nome escolhido para a associação: *Antônio João* e por fornecer aspectos interessantes da vida social, política e religiosa da cidade de Dourados na década de 1940

Quando atas de associações e instituições são utilizadas como fontes, é preciso levar em consideração certos aspectos, e um deles é certamente não considerar o que está escrito nas atas como algo que reflete fidedignamente a realidade. O ato de transcrever as atas, propositalmente ou não, omite argumentos, debates, discórdias e discussões; pode também amenizar ou intensificar determinadas opiniões e embates entre os participantes da reunião.

A utilização de atas como fontes históricas esteve por muito tempo associada às fontes oficiais, ligadas ao período da historiografia que pautava suas análises na utilização de fontes oficiais escritas como única forma de conhecimento. Atualmente, com a ampliação do conceito de fonte, as fontes oficiais não deixaram de ser utilizadas, porém, ganharam um viés interpretativo. O fato de as atas estarem normalmente vinculadas a uma instituição, um grupo ou associação e, portanto, revestidas de um caráter oficioso, de modo algum as desqualifica como fontes. No caso específico das atas que foram utilizadas, há a particularidade de observar as primeiras reuniões, feitas no “calor dos acontecimentos” e, embora revestidas de certa formalidade, deixam margem para uma leitura menos rígida, mais espontânea dos acontecimentos que deram origem ao grupo.

A primeira reunião contou com a presença de oito homens; já a segunda, realizada em 27 de agosto, contou com um número maior de presentes; cerca de quarenta e seis pessoas assinam a ata da segunda reunião, inclusive as autoridades civis e policiais, nas figuras do prefeito Alvaro Brandão e do delegado Aparício de Melo.

A repercussão de tais reuniões pode ser medida pelo número de pessoas que estiveram presentes na terceira reunião do grupo: mais de cento e cinquenta pessoas. As três

¹¹ Os documentos encontram-se no Centro de Documentação Regional/FCH/UFGD, na Coleção Documentos Originais: Arquivo Pessoal de Armando Campos Belo, Livro I, p. 1-100. Como são fotocópias, há trechos já apagados e ilegíveis, e não havendo a possibilidade de compará-los com originais, utilizo colchetes para indicar as palavras ou trechos que estão incompreensíveis.

primeiras reuniões foram realizadas em um curtíssimo espaço de tempo; em menos de uma semana o assunto se espalhou rapidamente. Tal repercussão fez com que, no quarto encontro do grupo, em 13 de setembro de 1942, chamasse atenção a fala de Horácio de Almeida sobre o papel que aquelas reuniões tinham, relembrando as obrigações assumidas pelos participantes de jamais utilizar aqueles encontros para assuntos políticos, avisando que “nessas reuniões jamais se falará em assuntos políticos, e que se alguém quiser imputar a esta sociedade assuntos políticos estará mentindo vergonhosamente” (cf. ata de 13 set 1942, p.14).

De fato, é de se imaginar que em reuniões semanais com a presença de “homens da sociedade douradense” em algum momento assuntos sobre interesses políticos locais fossem comentados. Muito provavelmente, após três reuniões e a repercussão que estavam tendo, já se comentasse na cidade sobre as possíveis intenções de certas pessoas estarem presentes às reuniões; ou ainda, levantando comentários sobre quais seriam as reais motivações para as reuniões do grupo.

Justamente na terceira reunião, como já mencionado, com o maior público reunido, surge a sugestão de dar o nome do tenente Antônio João Ribeiro ao grupo patriótico¹², a partir da intervenção do engenheiro agrônomo Luiz Uchôa, que expressou:

[...] sua admiração pela união dos senhores católicos de Dourados, representados por todos os elementos desta cidade. Exortou a que cada vês se unissem mais, mostrando com exemplos expressivos o quanto vale a união dos homens para o bem geral da comunidade. Finalmente propôs que, *sendo aqui a terra onde correu o sangue do mártir da Pátria, Antonio João, que desse a esta sociedade o nome de “União Cívica Antonio João”* (cf. Atas reunião dos *Senhores Católicos*, 28 ago 1942, p. 10, grifo meu).

Neste trecho, é possível fazer algumas considerações. Primeiramente, fica a impressão de que Luiz Uchôa não é morador de Dourados, uma vez que demonstra sua admiração e incentivo aos senhores católicos prosseguirem com as reuniões, cujo objetivo é o “bem geral da comunidade”. Ainda, Luiz Uchôa esteve presente somente nesta reunião, e a julgar pelo fato de ter sido registrada sua profissão - engenheiro agrônomo - ele poderia ser alguém de passagem pela região, mas com autoridade suficiente para se fazer presente na reunião do grupo e, principalmente, intervir e fazer a sugestão que fez.

O que mais chama a atenção no trecho é a afirmação de que “sendo aqui a terra onde correu o sangue do mártir da Pátria, Antonio João”, pois se trata de uma afirmação bastante categórica. Haveria já neste período uma associação entre o militar – já reconhecido nesta época como herói - e o município de Dourados, já que foi “*aqui*” que ele derramou o sangue em defesa da pátria? Como já discutido, não foi exatamente na cidade de Dourados

¹² Até então, o grupo se auto-denominava “Senhores [ou Homens] Católicos de Dourados”.

nem nas proximidades que ocorreu o combate que resultou na morte do tenente, e sim na Colônia Militar dos Dourados, relativamente distante dali.

Outro aspecto que certamente auxiliou na lembrança e aceitação da figura do tenente Antônio João pelo grupo foi a construção comumente ligada à figura heróica do tenente Antônio João, de defensor da pátria, cuja morte ocorreu defendendo o solo brasileiro. Considerando o perfil que o grupo teve nos primeiros encontros e a situação política do país, a figura heróica de Antônio João coube perfeitamente bem; aspectos como a defesa da pátria, o inimigo externo, ameaça à soberania combinavam o período histórico da Guerra do Paraguai com o daquele momento, na década de 1940. Ainda, valores associados ao herói, como valentia, abnegação, defesa incondicional da pátria encontraram eco naquele período.

Até o momento, essa declaração vinculando a figura heróica de Antônio João com o município de Dourados é o registro escrito mais antigo a que tive acesso. Porém, vale dizer que feita a sugestão e o modo como foi aceita – já na reunião seguinte acatou-se a sugestão – poderia tratar-se tanto de um pensamento habitual no período como também do início de uma ligação mais acentuada entre o tenente Antônio João e a cidade de Dourados.

No final da década de 1940, surge em Dourados o jornal *O Douradense*. Armando da Silva Carmello foi proprietário e diretor do periódico, lançado em 11 de maio de 1948 e com publicações até 1º de agosto de 1950. Além de jornalista, escritor e poeta, o autor era oficial da reserva do Exército, e além do periódico *O Douradense*, fundou em Campo Grande o jornal *Campograndense*, antes de se instalar em Dourados, onde também exerceu o cargo de inspetor de fazenda do Estado de Mato Grosso (cf. BETONI, 2002, p. 31). Carmello foi um *homem de letras*; membro da Academia de Letras e História de Campo Grande, escreveu o hino de Dourados e também o da cidade de Naviraí.. Figurou como expoente extremamente participativo da vida pública e social da cidade de Dourados; atuou como diretor do jornal em momentos significativos do município, como na implementação da Colônia Agrícola Federal e na criação da Colônia Agrícola Municipal.

Considerado o primeiro periódico de maior fôlego de Dourados, *O Douradense* enfrentou problemas financeiros que não permitiram que suas publicações fossem regulares, tendo lançado neste período de tempo um total de dezesseis números.

Na edição de estréia, de 11 de maio de 1948, há uma reportagem intitulada *Um monumento a Antônio João*, cujo conteúdo era incentivar a construção de um monumento ao militar, “para que a memória deste bravo soldado de Caxias seja sempre lembrada e mesmo reverenciada” (*O Douradense*, 11 mai 1948, p. 4). É um texto da direção do jornal, pois não traz autoria; lançada a idéia, o autor deixa claro seu posicionamento sobre o assunto, ao

mencionar sua idéia de *progresso*: “Sabemos da boa vontade de todos habitantes desta cidade para com todos os empreendimentos que falem do progresso. Este, seguramente, terá o apoio de todos. E, assim sendo, aqui fica a nossa lembrança na certeza de que alguém a concretizará” (*O Douradense*, 11 mai 1948, p. 4).

Em outro momento, na edição de n. 11, de 14 de outubro de 1948, inicia-se uma publicação em série intitulada *Monografia Histórico-Corográfica do município de Dourados*, de João Augusto Capilé Junior, desmembrada em quatro edições. O autor desta série também foi uma figura pública de bastante influência no município; desempenhou, entre outras funções, o cargo de prefeito nomeado no período de 1945 a 1947, tendo regulamentado a criação da Colônia Agrícola Municipal de Dourados.

No primeiro artigo da série, esteve presente a discussão sobre a figura de Antônio João e a Colônia Militar dos Dourados. Já no primeiro parágrafo, percebemos esta ligação:

Nas cabeceiras do maior tributário do Rio Dourados fundou-se em 10 de maio de 1861 a Colônia Militar de igual nome, que Antônio João Ribeiro comandava quando ocorreu a invasão da cavalaria de Urbieta. A região tornou-se lendária de modo que um dos primeiros povoados, erguido no mesmo vale, embora mais ao nascente uma centena de quilômetros, não encontrou título mais nobilitante que o do reduto immortalizado pelo tenente poconeano em Dezembro de 1864. (*O Douradense*, 14 out 1948, p.1)

O trecho acima, publicado em 1948, é praticamente idêntico ao publicado por Virgílio Corrêa Filho, na obra: *Mato Grosso* (1939). Sem dúvidas, um trecho de Virgílio Corrêa Filho era garantia de idoneidade e de verdade incontestável, muito propícia para o artigo e Capilé Junior “aproveitou” o trecho, mesmo não fazendo referência ao autor original, para estabelecer uma ligação entre a Colônia Militar dos Dourados e o povoado fundado meio século depois, cujas levas de migrantes sulistas, mineiros e paulistas se intensificaram no início do século XX. Entre a publicação de Corrêa Filho e a de Capilé Junior há um espaço temporal de quase uma década; certamente Capilé Junior tinha a intenção de *produzir* uma história do município de Dourados a partir de afirmações ditas incontestáveis como as de Corrêa Filho.

Na continuação dos artigos, que certamente funcionaram como “propagandas” do município, a proposta do autor foi relatar os fatos históricos da formação do povoado, dando especial ênfase ao heroísmo dos “desbravadores pioneiros” e às excelentes condições da prática agrícola na região. Considero aqui pertinentes as reflexões que Chauí (2000) faz sobre o *mito fundador*, pois a autora propõe um conceito que leva em consideração além da etimologia do termo (visto como a narrativa dos feitos lendários de uma comunidade), seus aspectos antropológicos (solução imaginária para conflitos, tensões e contradições que não

podem ser resolvidos na realidade) e psicanalíticos (a partir do vínculo interno com o passado como origem).

Na incorporação de perspectivas que a autora faz, o mito fundador se transforma em algo que:

Oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos que vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimenta-se [sic] das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente”. (CHAUI, 2000, p.10).

Nesse sentido, é possível considerar que o processo de recuperação e repetição de “padrão” da *história oficial* de Dourados, ligado à produção historiográfica quase exclusivamente memorialista e pautada na memória dos chamados *pioneiros*, produziu um modelo de *história oficial*, baseada na noção do mito fundador. Neste quadro de referências sobre o município, mesmo sem haver uma ligação direta entre a Colônia Militar e a ocupação da região que deu origem ao povoado de Dourados, a aproximação é sempre utilizada; suprimindo a necessidade de legitimar o passado com base em um discurso unificador, cuja intencionalidade buscou valorizar determinados valores como coragem e intrepidez (no caso do herói no local do ato patriótico) ou astúcia e labor (no caso dos *pioneiros*). Em ambos, valores que eram almejados por uma determinada classe social que, naquele momento, intencionava (re) afirmar sua posição de detentora de “uma narrativa geradora de práticas, [...] que traveste um conjunto de valores com um conjunto de eventos” (QUADROS, 2005, n.p).

Segundo Luciano (2006), foi João Augusto Capilé Júnior quem efetuou a troca do nome da praça central de Dourados, de *Praça João Pessoa* para *Praça Antônio João*, em 1946, durante o período em que foi prefeito do município. Apesar de não ser possível aprofundar aqui o tratamento do tema dos logradouros públicos, é inevitável tangenciar a importância que a praça central assume nas cidades do período, pois ali é onde ocorrem os principais acontecimentos sociais e religiosos.

Apesar das inúmeras definições para o conceito de praça, *grosso modo*, pode-se afirmar que as praças constituem um espaço público, onde aspectos da vida social e particular convivem juntos. No Brasil, surgiram, na sua maioria, no entorno das igrejas, e era bastante comum considerar o centro de uma cidade o local da igreja e da praça central. Ali, as principais festividades eram realizadas e a vida social girava em torno de sua existência.

No caso de Dourados, a *Praça Antônio João* era este local de convivência social, onde público e privado orbitavam em torno do local. É o que se pode observar, por exemplo, nos registros fotográficos reunidos por Moreira (1990), onde a praça, inicialmente utilizada como um improvisado campo de futebol, reunia acontecimentos como festas religiosas, carnavais, folia de reis, etc.

Por enquanto, não encontrei registros oficiais sobre quando a praça central de Dourados passou a denominar-se Antônio João. O registro mais antigo é o já citado artigo de 11 de maio de 1948, onde, ao sugerir a construção de um monumento a Antônio João, o autor informa que a praça já era assim denominada:

Para que a memória deste bravo soldado de Caxias seja sempre lembrada e mesmo reverenciada, alvitramos daqui a idéia de um monumento a Antônio João a fim de que o mesmo se projete, de modo mais eloqüente e significativo, na nossa principal praça, que, aliás, já tem o seu nome. (*O Douradense*, 11 mai 1948, p.4).

Portanto, se a praça central, é um lugar tão importante para uma determinada localidade, é de se levar em consideração o fato de ter sido dado, em Dourados, a ela o nome de *Antônio João*. É significativo perceber esta intencionalidade, justamente quando analisada sob o ponto de vista do mito fundador, acima mencionado.

A intenção desta comunicação era demonstrar como se deram, em Dourados, as primeiras manifestações para a incorporação do Tenente Antônio João Ribeiro como herói da cidade. Ao longo do século XX, outras maneiras de consolidar esta ligação foram utilizadas, como a criação de leis, objetos identitários – como o brasão do município com a frase: “Dourados: Terra de Antônio João” – além das publicações locais e regionais, poemas, artigos em periódicos, enfim, com o objetivo manifesto de estabelecer uma narrativa geradora de práticas que intencionavam legitimar o passado em torno de um discurso unificador, no caso, com valores atribuídos às figuras heróicas, como o Tenente Antônio João Ribeiro.

Referências

Atas do Centro Cívico Antônio João. Atas das reuniões realizadas entre 23 de agosto de 1942 e 15 de novembro de 1944. Centro de Documentação Regional (CDR/FCH/UFGD). Coleção: Documentos Originais, Livro I, p. 01 a 100.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

BETONI, Walteir Luiz. **Dourados: entre a memória e a história**. UFGD: dissertação de mestrado, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

- CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Pereseu Abramo, 2000.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **Mato Grosso**. 2 ed. Rio de Janeiro: Co-editora Brasilica, 1939.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *A redenção pela história*. In: **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. USP: tese de doutoramento, 2000.
- LUCIANO, Luis Carlos. **Legislativo de Dourados, 71 anos (1935-2006)**. Dourados: 2006.
- MELLO, Raul Silveira de. **A epopéia de Antônio João**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, vol. 71, fev/mar 1969.
- MELO e SILVA, José de. **Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- _____. **Fronteiras Guaranis. com um estudo sobre o idioma guaraní, ou ava-ñe-ê**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.
- MOREIRA, Regina Heloiza Targa. **Memória fotográfica de Dourados**. Campo Grande: UFMS. Centro Universitário de Dourados, 1990.
- O DOURADENSE. **Um Monumento a Antônio João**. 11 mai 1948.
- _____. **Histórico-Corográfica do município de Dourados**, 14 out. 1948.
- QUADROS, Eduardo Gusmão. **Anhanguera, Mito Fundador de Goiás**. Disponível em: www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/24/37. Acesso em 01 fev. 2009.
- QUEIROZ, P. R. C. *Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. In: LAMOSO, Lisandra P. (Org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2008.
- SOUZA, Antônio Fernandes de. **A invasão paraguaia em Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT. Publicações avulsas n. 52, 2002.
- ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese de doutorado: USP, 1998.